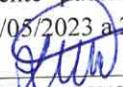




PREFEITURA MUNICIPAL DE
INHUMAS

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 093/2023 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 22/05/2023 a 22/06/2023.


FERNANDA NETO VALIN
Secretária Municipal de Gestão

MAT: 68728
CPF: 711.677.301-00

DECRETO Nº 093 DE 22 DE MAIO DE 2023.

“Regulamenta os procedimentos para a execução das emendas parlamentares individuais impositivas.”

O PREFEITO DE INHUMAS, no uso de suas atribuições legais previstas nos incisos VI do artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Inhumas, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000; na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964; e Considerando o disposto no artigo 127 da Lei Orgânica do Município de Inhumas e a Lei 3.338 de 29 de junho de 2022, que tornou obrigatória a execução de emendas parlamentares individuais anexadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e aprovadas no limite de 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista, assim conhecidas como emendas impositivas;

Considerando o art. 2º da Lei Federal n.º 4.320 de 1964, que se aplica ao direito orçamentário e estabelece que as receitas e as despesas devem ser previstas com base em planos e programas com duração de um ano;

Considerando a necessidade de regulamentar os dispositivos orçamentários para a correta execução da despesa, conforme a redação dada pelo artigo 127 da Lei Orgânica do Município de Inhumas e a Lei n.º 3.338 de 29 de junho de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre os procedimentos e prazos para a análise da viabilidade e realização das emendas individuais impositivas, conforme o disposto no art. 127 da Lei Orgânica do Município de Inhumas e artigo 9º da Lei n.º 3.338 de 29 de junho de 2022.

Art. 2º - É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações referentes às emendas parlamentares individuais aprovadas na Lei Orçamentária Anual, em montante correspondente a 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

Parágrafo único - O montante que trata o *caput* será distribuído equitativamente entre os parlamentares municipais, que destinarão os recursos para execução do objeto de suas emendas individuais. 

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual contendo as emendas impositivas será recebida pelo Gabinete do Prefeito – CHEGAB e encaminhadas à Secretaria/fundo, que será responsável por consolidar e encaminhar as emendas aos Órgãos/Entidades da Administração Direta e Indireta e aos Fundos Especiais constantes dos Orçamentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE
INHUMAS

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 093/2023 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 22/05/2023 a 22/06/2023.


FERNANDA NETO VALIN
Secretária Municipal de Gestão

MAT: 68728
CPF: 711.677.301-00

Fiscais e da Seguridade Social, para que procedam a análise das programações orçamentárias propostas pelos parlamentares.

Parágrafo único. O Órgão/Entidade ou Fundo deverá analisar e encaminhar à Secretaria Municipal da Fazenda em até 60 (sessenta) dias após o seu recebimento, parecer técnico sobre a viabilidade ou inviabilidade da execução do objeto das emendas, explicitando os impedimentos de ordem técnico/legal, nos casos de inviabilidade.

Art. 4º - Após o término do prazo disposto no Parágrafo único do art. 3º e em até 30 (trinta) dias após o recebimento do parecer técnico dos Órgãos/Entidades ou Fundos, Secretaria Municipal da Fazenda consolidará e remeterá as justificativas de impedimento de ordem técnica/legal ao Gabinete do Prefeito – CHEGAB.

Art. 5º - Serão considerados impedimentos de ordem técnica os elementos que possam obstar o curso regular da realização da despesa referente à emenda de execução obrigatória.

- I - incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão executor;
- II - incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;
- III - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional do beneficiário;
- IV - falta de razoabilidade ou incompatibilidade do valor proposto com o custo da execução do objeto, considerando o projeto e/ou os valores de mercado;
- V - desistência da proposta pelo proponente;
- VI - não apresentação ou apresentação fora dos prazos da documentação exigida pela legislação específica, conforme o instrumento jurídico necessário para execução;
- VII - emenda parlamentar que conceda dotação orçamentária para o início de obra cuja proposta e **plano de trabalho**:
 - a) não tiverem sido apresentados pelo parlamentar ou tiverem sido apresentados fora do prazo legalmente disponibilizado;
 - b) forem reprovados pela Administração Pública;
 - c) tiverem sido reprovados pela Administração Pública em situações equivalentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
INHUMAS

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 093/2023 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 22/05/2023 a 22/06/2023.


FERNANDA NETO VALIN
Secretária Municipal de Gestão

MAT: 68728
CPF: 711.677.301-00

d) não forem complementados ou devidamente ajustados pelo parlamentar após sua apresentação ou caso os respectivos ajustes sejam realizados fora dos prazos previstos;

VIII - não cumprimento do prazo previsto no parágrafo 5 do art. artigo 9º da Lei nº 3.338 de 29 de junho de 2022, para indicação de remanejamento;

IX – emendas parlamentares que demandem outros investimentos de capital para sua consecução;

X – não indicação do beneficiário pelo autor da emenda;

XI - outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

Art. 6º - As emendas impositivas sem impedimento de ordem técnica deverão ser classificadas pelos Órgãos/Entidades ou Fundos, de acordo com Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 7º - Em até 10 (dez) dias após o encerramento de cada bimestre, os Órgãos/Entidades ou Fundos deverão enviar à Secretaria Municipal da Fazenda as informações sobre a execução das emendas impositivas, elaboradas nos termos deste Decreto, para o cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do § 9º do artigo 9º da Lei nº 3.338 de 29 de junho de 2022.

Art. 8º - A Secretaria Municipal da Fazenda deverá encaminhar ao Gabinete do Prefeito – CHEGAB, relatório circunstanciado das informações de que trata o art. 7º deste Decreto em até 10 (dez) dias, para fins de acompanhamento e controle.

Art. 9º - Compete ao Gabinete do Prefeito – CHEGAB acompanhar a execução das emendas junto aos Órgãos/Entidades e Fundos, promovendo, inclusive, comunicações aos autores das emendas, relativamente às normas e procedimentos acerca da matéria.

Parágrafo único. As justificativas de impedimento deverão ser comunicadas ao Poder Legislativo em até 120 (cento e vinte) dias, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 10 - Somente o autor da emenda, relacionada com o impedimento de ordem técnica, ainda que licenciado ou legitimamente afastado do mandato, poderá propor indicação de remanejamento ao Poder Executivo.

Art. 11 - Após a data de recebimento das medidas saneadoras ou do remanejamento das emendas com impedimentos de que trata o art. 10 deste Decreto, enviadas pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, observar-se-á o seguinte rito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
INHUMAS

Declaramos para os devidos fins que o decreto n. 093/2023 foi devidamente publicado no placard oficial no período de 22/05/2023 a 22/06/2023.


FERNANDA NETO VALIN
Secretária Municipal de Gestão

MAT: 68728
CPF: 711.677.301-00

I - o Gabinete do Prefeito – CHEGAB deverá encaminhá-los, no prazo de 02 (dois) dias, após o recebimento, à Secretaria responsável;

II - a Secretaria responsável deverá consolidar os dados e encaminhar, no prazo de até 03 (três) dias após o recebimento, para os Órgãos/Entidades ou Fundos, solicitando análise/reanálise das propostas;

III - o Órgão/Entidade ou Fundo deverá encaminhar à Secretaria Municipal da Fazenda novo parecer técnico sobre as medidas saneadoras ou sobre o remanejamento das emendas, no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento, para normal tramitação do processo.

Art. 12 - A emenda parlamentar perderá sua obrigatoriedade de execução orçamentária, adquirindo caráter não impositivo, quando da permanência ou da verificação de novos impedimentos de ordem técnica, após a proposta de remanejamento ou proposta saneadora.

Art. 13 - Os prazos constantes deste Decreto são peremptórios e seu descumprimento poderá ensejar responsabilização de quem der causa.

Art. 14 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 22 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2023.


JOÃO ANTONIO FERREIRA
Prefeito


FERNANDA NETO VALIN
Secretária Municipal de Gestão